Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE/RS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 12/2019 - Pregão Presencial nº 07/2.019

O Município de Arroio do Tigre/RS, torna público que no dia 25 de fevereiro de 2019, ás 09:30 horas, no Centro Administrativo, estará recebendo propostas para contratação de empresa especializada em zeladoria e vigia para área do Britado Municipal e EMEF Carlos Kipper e Jovino Fiuza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Secretaria Municipal da Agricultura, Obras, Viação e Meio Ambiente. Edital e maiores informações no site: www.arroiodotigre.rs.gov.br ou pelo fone - 51 3747 1122. - Marciano Ravanello – Prefeito Municipal.

PROCESSO Nº 12/2.019

E D I T A L MODALIDADE PREGÃO Nº 07/2.019

PREGÃO PRESENCIAL

MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS.

Tipo de julgamento: Menor Preço Global.

Edital para a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de zeladoria do Britador Municipal, EMEF Carlos Kipper e Jovino Fiuza para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Obras, Viação e Meio Ambiente e da Secretaria da Educação e Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE/RS, Marciano Ravanello, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às <u>09:30 horas, do dia 25 do mês de FEVEREIRO do ano de 2019</u>, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, se reunirão a Comissão de Licitação, designados pela Portaria nº 390/2018, com a finalidade de receber e julgar propostas e documentos



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

de habilitação, objetivando a contratação de empresa(s,) para prestação de serviços, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura, Obras, Viação e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666-93 e suas alterações posteriores e da Lei de nº 10.520.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes serviços:

Item	Qtde	Equipamento
01	10	Prestação de serviço de zeladoria e vigia, presencial e não armada, na área do
	meses	Britador Municipal. Serviço em dias uteis das 19:00 horas as 07:00, em feriados,
		sábados e domingos 24 horas.
02	10	Prestação de serviço de zeladoria e vigia, presencial e não armada, na EMEF Carlos
	meses	Kipper, em dias uteis, 160 horas mensais.
03	10	Prestação de serviço de zeladoria e vigia, presencial e não armada, na EMEF Jovino
	meses	Fereira Fiuza, em dias uteis, 160 horas mensais.

O serviço será supervisionada pelas Secretarias correspondentes.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2019
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

Para visualizar ou verificar a validade deste documento, acesse o site: http://www.arroiodotigre.rs.gov.br e clique no link Diário Oficial



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

AO MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2019
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- **3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a Comissão, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.
- **3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.
- 3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.
- **3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
- a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
- **a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- **a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- **a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- **a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
 - a.5) registro comercial, se empresa individual



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **b)** se representada por procurador, deverá apresentar:
- **b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- **b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- **Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.
- **Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- **3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.
- **3.5** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **3.6.** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração**, **firmada por contador**, **de que se enquadram no limite de receita referido acima**.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do certame, a Comissão, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e 02 PROPOSTA.
- **4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- **4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:
- a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
- **b)** apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

- 5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (SESSENTA) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
 - a) Razão social da empresa;
 - b) Descrição completa do serviço a ser realizado;
- c) Preço unitário líquido por mês, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, taxas previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros que correrão por conta da licitante vencedora;
- e) As propostas deverão cobrir todas as despesas inerentes ao objeto da licitação, incluindo todos os custos direitos e indiretos, obrigações as relacionadas a segurança do trabalho e medicina, uniformes, alimentações (lanches e refeições), seguros, inclusive BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc), e constituem única remuneração que lhe será devida pela execução dos serviços adjudicados.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **6.1.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.
- **6.2.** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- **d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

- **6.3.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **6.4.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **6.4.1.** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **1** % (um por cento) do valor unitário, cujo o valor é dado automaticamente pelo sistema.
- **6.5.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 14 deste edital.
- **6.6.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **6.7.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **6.8.** Encerrada a sessão, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.
- **6.9.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **6.10.** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **6.11.** O disposto nos itens 6.5 a 6.7, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- **6.12.** Da sessão pública do certame será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- **6.13.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Compras e Licitações deste Município, conforme subitem 15.1 deste edital.
- **6.14.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

- **7.1.** Para fins de habilitação neste certame, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:
- **7.1.1.** Declaração que atende ao disposto no artigo 7.°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.°4.358-02;

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- **d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

- **a)** prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- **b)** prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- **d)** prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- **7.2.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. REGULARIEDADE TECNICA:

- a) Alvará de Funcionamento, emitido GSVG (Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas), valida;
 - c) Portaria concedendo autorização de funcionamento, valida;



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **7.3** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.4, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
- **7.3.1** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **7.3.2** Ocorrendo à situação prevista no item 7.3, a sessão será suspensa, podendo a Comissão fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- **7.3.3** O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **7.3.4** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 14.1, alínea a, deste edital.
- **7.4.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

- **8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a Comissão inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

8.3. Encerrado o julgamento da habilitação e Propostas, a Comissão proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- **9.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do certame, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 02 (dois) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
- **9.2.** Constará na ata da sessão à síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestaremse sobre as razões do recurso no prazo de 02 (dois) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.
- **9.3.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do certame, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- **9.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

- 10.1 <u>Esgotados todos os prazos recursais a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.</u>
- **10.3** O prazo de prestação destes serviços é imediatamente após, a assinatura do contrato e da ordem para o início dos trabalhos.

11. DO RECEBIMENTO:

11.1. Todos os serviços serão acompanhados pelas respectivas secretarias, as quais farão *vistoria e posterior liberação dos trabalhos.*



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

11.2. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

12. DO PAGAMENTO:

- 12.1. <u>Na data da comprovação dos serviços prestados o Município de Arroio do Tigre/RS, mediante vistoria da Secretaria referente, emitirá parecer favorável(ou não) para então encaminhamento ao pagamento(ou não) no 10º dia útil do mês subsequente ao serviço realizado,</u>
- **12.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, à indicação do número do processo, número do certame e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do serviço e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da aquisição objeto desse contrato serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

3390.3977.00.00.00- Vigilância Ostensiva e Monitorada:

1088-Manutenção do Britador;

2044- Manutenção do Ensino Fundamental.

14. DAS PENALIDADES:

- **14.1** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do certame ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: <u>suspensão do</u> <u>direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;</u>
- **b)** manter comportamento inadequado durante o certame: <u>afastamento do</u> <u>certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de (2) anos;</u>



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): <u>suspensão</u> do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% <u>sobre o valor estimado da contratação</u>;
- **d)** executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: <u>advertência</u>;
- **e)** executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: <u>multa diária de 0,5% sobre o</u> valor atualizado do contrato;
- f) inexecução parcial do contrato: <u>suspensão do direito de licitar e contratar com</u> a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) inexecução total do contrato: <u>suspensão do direito de licitar e contratar com</u> <u>a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;</u>
- h) causar prejuízo material ou ambiental resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 12% sobre o valor atualizado do contrato.
- **14.2** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- 14.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **15.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Arroio do Tigre/RS Setor de Licitações, sito na Rua Carlos Ensslin, 165, fones 51 3747-1122 ou 3747-1125, no horário compreendido entre as 8:00 e 17:00 horas.
- **15.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente certame encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **15.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- **15.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.
- **15.5.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.
- **15.6.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.
- 15.6.1 Havendo necessidade em acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA poderá ser concedida a sub locação dos serviços, prevalecendo toda a exigibilidade contratual sobre a CONTRATADA.
- **15.7.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- **15.8.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).
- 15.8.1 A Administração também poderá adquirir total ou parcialmente os serviços a serem contratados, ou mesmo optar a não contratação total dos profissionais contratados, bem como simplesmente não homologar o Edital, sem que caiba aos proponentes qualquer manifestação contraria ou pedidos de indenização
- **15.9.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Modelo proposta de preços;

Anexo II – Modelo de Declaração de Enquadramento na LC 123/06;



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo IV - Modelo de credenciamento;

Anexo V – Modelo de declaração de validade da proposta;

Anexo VI – Modelo de Declaração de não empregar menor de idade;

Anexo VII – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo;

Anexo VIII - Minuta do Contrato.

15.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Tigre - RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Arroio do Tigre/RS, 12 de fevereiro de 2019.

Marciano Ravanello

Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em 12/02/2.019

Bel. Fabricio Eduardo Rosa

Assessor Juridico

OAB/RS 49.773

Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

ANEXO I MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão nº 07/2019, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Item	Qtde	Equipamento	Valor um mês
01	10 meses	Prestação de serviço de zeladoria e vigia, presencial e não armada, na área do Britador Municipal. Serviço em dias uteis das 19:00 horas as 07:00, em feriados, sábados e domingos 24 horas.	
02	10 meses	Prestação de serviço de zeladoria e vigia, presencial e não armada, na EMEF Carlos Kipper, em dias uteis, 40 horas semanais.	
03	10 meses	Prestação de serviço de zeladoria e vigilância, presencial e não armada, na EMEF Jovino Fereira Fiuza, em dias uteis 40 horas semanais. Valor total	

erça feira, 12 de fevereiro de 2019	Edição nº 440.
Empresa:	
Carimbo:	
Data:	

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR №. 123/2006



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019	Edição nº 440
na rua representante legal, o(a) Sr(a) de Identidade n°	c CNPJ N°sediada (Cidade/Estado), por intermédio de seu portador(a) da Carteira e inscrito do CPF n°, ei e para fins do disposto na Lei Complementar nº.
123/06, ser Porte, MEI, Cooperativa, Produt	(Microempresa, Empresa de Peque- no tor Rural Pessoa Física ou Agricultor Familiar), não mentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida
	,dede 20 (data)
(C	Carimbo e Assinatura)

Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Α	empresa			_,	inscrita	no	CNPJ	sob
nº		, esta	belecida	na r	ua , r	na cidade	de, represe	entada
reside Pregã	ato por seu ente e domiciliado_ o Presencial – Regist tação previstos no Ed	, decla ro de Preço nº	ra para	fins	de particip	pação cor	nforme Edi	tal de
							Local	e Data
		(Repr	esentant	te Leg				

Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente	e, credenciamos o(a) Sr.(a)	, portador(a) da cédula de
identidade nº	e do CPF nº	_, a participar da licitação instaurada pelo
Município de	, na modalidade de Pre g	ão –, sob o nº 07/2019, na qualidade de
REPRESENTANTE LEG	GAL, outorgando-lhe plenos p	oderes para pronunciar-se em nome da
empresa	, CNPJ nº	, bem como formular propostas e
praticar todos os den	nais atos inerentes ao certame	2.
		Landa data
		Local e data.
Assinatura do(s) dirig	ente(s) da empresa	
(,)		
Nome do dirigente da	a empresa	

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VALIDADE DA PROPOSTA

, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na rua, na cidade
de, representada neste ato por seu (procurador, sócio, etc), (qualificação), portador
do CPF, residente e domiciliado, declara para fins de participação conforme
Edital de Pregão Presencial nº 07/2019 , com data de abertura para o dia, da
Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre, que a proposta emitida por esta empresa tem a validade de 60 (sessenta) dias, de acordo com o que estabelece o sub item 5.1. do referido Edital.
Local e Data
(Demonstrate Legal)
(Representante Legal)



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

(Nome da Empresa)
Inscrito no CNPJ nº
Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
Local e data.
(identificação e assinatura do representante legal)



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

•
۸
Δ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE/RS

Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

Pregão Presencial -nº 07/2019

Processo Licitatório nº 12/2019.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)....,inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

de de 20

a, 12 de fevereiro de 2019	Edição nº 44
Razão Social da Empresa	
Nome do responsável/procurador	
Cargo do responsável/procurador	
N.° do documento de identidade	
ANEXO VII	
MINUTA DO CONTRATO	
CONTRATO Nº/2019	
PREGÃO PRESENCIAL № 07/2019	
PROCESSO ADMINISTRATIVO № 12/2019	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ZELADORIA	
CONTRATADA:	
Termo de Contrato que celebram o Município de	e Arroio do Tigre e a empresa
, para serviço de Zeladoria	
Contrato administrativo que celebram entre si o M Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede Administrat	·
Centro, Município de Arroio do Tigre / RS, neste ato represen	
Marciano Ravanello, a seguir denominado simplesmente MUNIO	
, pessoa jurídica de Direito Privado, co	
n°, Bairro, na Cidade de	, inscrita no CNPJ sob o n.º
, representada neste ato por	portador da

Terça feira, 12 de fevereiro de 2019	Edição nº 440.
--------------------------------------	----------------

Cédula de Identidade nº, inscrito no CPF n°, residente e domiciliado na Av./Rua, n°, Bairro....., no Município de -, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de Pregão Presencial nº 07/2019 que faz parte integrante deste, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA CLAUSULA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de zeladoria do Britador Municipal, EMEF Carlos Kipper e Jovino Fiuza para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Obras, Viação e Meio Ambiente e da Secretaria da Educação e Cultura, conforme segue:

Item	Descrição	Valor mensal
XX	xxxx	xxx

- **1.2.** A execução do serviço começará em março de 2019, termino dia 31 de Dezembro de 2019.
- 1.3. Preço unitário líquido por mês, indicado em moeda nacional, onde deve estar incluído qualquer vantagem, abatimento, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, taxas previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros que correrão por conta da licitante vencedora;
- e) As propostas deverão cobrir todas as despesas inerentes ao objeto da licitação, incluindo todos os custos direitos e indiretos, obrigações as relacionadas a segurança do trabalho e medicina, uniformes, alimentações (lanches e refeições), seguros, inclusive BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc), e constituem única remuneração que lhe será devida pela execução dos serviços adjudicados.
- **1.4.**O(A) CONTRATADO(A) não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários, relativo aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus propostos terceiros;
- **1.5.**O CONTRATADO(A) deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **2.1.** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$ (...) (...) por mês, pelo serviço de zeladoria.
- **2.2.** O pagamento das mensalidades referentes à prestação dos serviços será efetuado sempre no 10º (decimo) dia útil do mês subsequente ao início da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e relatórios para cada canal de comunicação, que deverão conter informações sobre disponibilidade, utilização de banda e taxas de erros, para avaliar os serviços prestados, com a finalidade de apontar problemas iminentes e sugerir as correções necessárias.
- **2.3.** Nos preços mensais deverão estar incluídos os serviços de configuração dos equipamentos, que devem ser a cargo da CONTRATADA, com as devidas garantias dos mesmos, em termos de substituição em caso de defeitos ou sinistros que por ventura ocorrerem, devido a fatores externos.
- **2.4.** O Município pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
- **2.5.** A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/ Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- **2.6.** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.
- **2.7.** O não pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

2.8. Da Dotação Orçamentária

2.8.1. A dotação orçamentária para as despesas decorrentes da contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

xxxxxx

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS:

- **3.1.** O presente contrato terá início na data de sua homologação e termino em 31 de dezembro de 2019;
- **3.2.** O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado a critério da Administração e com a anuência do(a) CONTRATADO(A).

Terça feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O CONTRATANTE exercerá a fiscalização do presente contrato através de responsável pela Secretariaque relacionará em registro próprio todas as ocorrências pertinentes a execução do contrato, determinando (à) CONTRATADO(A) o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e estipulados prazos para que sejam sanados.

CLÁUSULA QUINTA: DAS SANÇÕES:

- **5.1.** Em caso de inobservância do objeto contratado, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
 - I- advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- II- multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;
- III- suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevierem prejuízos para a Administração;
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- **5.2.** Se a CONTRATADA deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, **falhar ou fraudar na execução do contrato**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.
- **5.3.** A sanção de advertência de que trata o item 6.1., inciso I, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- I descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;
- II outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

CLÁUSULA SEXTA: DO PROCESSO LICITATÓRIO

6.1. Este instrumento contratual é vinculado ao processo licitatório Pregão Presencial № 07/2019.



Terca feira, 12 de fevereiro de 2019

Edição nº 440.

- **6.2.** A contratada fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **6.3.** Qualquer alteração no corpo técnico da contratada deve ser comunicada ao MUNICÍPIO, com a devida comprovação da qualificação e habilidade profissional.
- **6.4.** Todas as obrigações e deveres elencadas no corpo edital deverão ser cumpridos como se neste contrato estivessem descritos.

CLÁUSULA SETIMA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

- **7.1.** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- **7.2** Além das condições previstas nos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações futuras, o presente contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:
- **7.2.1.** Pelo MUNICÍPIO, mediante notificação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido ao(à) CONTRATADO(A), excluindo o valor das multas a pagar, isto é, sem a incidência de multas.
- **7.2.2.** Pelo MUNICÍPIO, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a CONTRATADA direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:
 - I Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
 - II Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;
 - III Abandono total ou parcial do serviço;
 - IV Manifesta deficiência do serviço;
 - V Falta grave ao Juízo do Município;
 - VI Falência ou insolvência;
 - VII Não prestar os serviços nos prazos e condições previstos;
 - VIII Dissolução da sociedade ou falecimento do(a) CONTRATADO(A);
 - IX Alteração Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa CONTRATADA;
 - X Por interesse público.

Taraa	faira	12	4~	fevereiro	٠ ۵ ۵	2010
erca	теira.	12	ae	tevereir) ae	2019

Edição nº 440.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

8.1 Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal nº 8666/93, bem como da Lei Federal nº 10.520/02.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Tigre/RS, para dirimir as dúvidas decorrentes deste contrato na via Judicial, renunciando a CONTRATADA qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem assim justos e contratados, após lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 03(três) vias de igual teor, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

	Arroio do Tigre/RS, de	de 2.019
MARCIANO RAVANELLO	(EMPRESA CONTRATADA)	
PREFEITO MUNICIPAL	CNPJ:	
MUNICÍPIO	CONTRATADA	